

Ata Circunstanciada da 57ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª (QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 21 DE JUNHO DE 2023.

INÍCIO ÀS 15H05MIN

TÉRMINO ÀS 16H43MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 21 de junho, às 15 horas e 5 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Jorge Vianna a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores deputados, todos os servidores da casa e nossos colegas que assistem a nós.

Senhor presidente, gostaria de falar duas coisas rapidamente. Uma delas é quanto à satisfação e ao privilégio de ser parlamentar hoje e conhecer a estrutura da saúde. Talvez muitos não saibam, mas nós temos um dos melhores serviços de saúde bucal do país no Hospital Regional de Santa Maria, coordenado pela nossa colega doutora Érika Maurienn, uma cirurgiã-dentista de muita experiência, muita garra e muito ativismo no serviço de bucomaxilo da odontologia.

Muitos não sabem, mas vem havendo muito pouco investimento na saúde bucal no Brasil. Talvez isso explique por que nós temos tantas pessoas com doenças referentes à saúde bucal.

Embora tenhamos o nosso projeto, segundo o qual a saúde se inicia pela atenção básica – e lá nós temos os nossos cirurgiões-dentistas –, nós temos também um trabalho, no hospital, realizado por esses profissionais. Eles são os responsáveis por fazer cirurgias, sejam as de traumas, sejam as reparadoras ou sejam as grandes cirurgias bucomaxilofaciais.

Quando falamos em odontologia, geralmente pensamos naquele profissional dentista ou cirurgião-dentista na base, numa atenção primária, numa UBS, cuidando da saúde bucal das pessoas. E poucos se lembram desses profissionais que trabalham em hospital.

Hoje eu estive no 1º Simpósio de Odontologia Hospitalar, promovido pelo Hospital Regional de Santa Maria, pelo Iges e pela Secretaria de Saúde, que aconteceu no CEUB. Fiquei impressionado com as tecnologias e com os avanços da odontologia, o que prova, mais uma vez, o quanto é importante investirmos não só na saúde clínica, digamos assim, mas também na saúde bucal, porque sabemos que

tudo começa pela boca.

Quero parabenizar toda a equipe da saúde bucal por esse serviço, os cirurgiões-dentistas do Hospital Regional de Santa Maria e estendo essa congratulação a todos os cirurgiões-dentistas, a todos os profissionais da odontologia, ao técnico em higiene dental e a todos os que participam do processo.

Quero falar agora sobre aquele tema que todo mundo já ouviu aqui por, pelo menos, 4 anos e meio: o piso nacional da enfermagem. Rapaz, é como se fosse Caverna do Dragão. Nós pensamos que vamos passar de fase, mas voltamos, novamente, à estaca zero; e o Supremo Tribunal Federal praticamente voltou à estaca zero no piso da enfermagem.

Por incrível que pareça, deputada Jaqueline Silva, uma coisa inédita aconteceu. O ministro Luís Roberto Barroso deu um voto, falando que está tudo certo com o piso e que deveria ser pago em julho, só que o Gilmar Mendes pediu vista da lei do piso da enfermagem. Nós sabemos como é o ministro Gilmar Mendes, com toda a sua influência e sendo influenciado por muita coisa, e ele acabou influenciando o ministro Barroso no voto que este havia proferido. Ou seja, o ministro Gilmar Mendes fez com que o ministro Barroso alterasse o seu voto, porque, agora, eles fizeram um voto em conjunto. Na verdade, é uma coisa inédita no Supremo o ministro relator alterar o voto e fazer um voto em conjunto com outro ministro.

Para piorar a situação, em vez de só analisarem a lei, se ela é constitucional ou não... O papel do Supremo, de acordo com a Constituição, é julgar a constitucionalidade da lei. O Supremo não legisla. O Supremo não inclui nem retira nada de lei, ou seja, ele não legisla. Porém, com relação a nossa lei do piso da enfermagem, eles estão legislando. Eles estão indexando a nossa lei, eles estão atrelando o piso da enfermagem a uma carga horária que a lei não prevê. A lei não fala sobre carga horária. Ele, também, está trazendo uma nomenclatura que, em momento algum, está sendo dita na lei, que ele chama de remuneração.

Piso é piso, não é remuneração. Remuneração é o vencimento mais as gratificações, tanto é que cada servidor tem a sua remuneração.

Pessoal, há uma diferença muito grande entre piso, vencimento, remuneração e salário. O que é o piso? O piso é o menor salário praticado dentro de uma categoria. Isso é o piso. O que é remuneração? Remuneração é o piso ou o vencimento – ou o soldo, no caso do militar – mais as gratificações. Há gratificações que são incorporadas, gratificações que não são incorporadas, há gratificações que são tributáveis e gratificações que não são tributáveis. *Ok*. Isso é remuneração. E o que é salário? Salário é tudo aquilo, sejam os fixos, sejam os vulneráveis, os flexíveis, os que não são permanentes. Então, há três tipos de coisas: piso, remuneração e salário.

Pois bem, piso é piso. Mas o entendimento do ministro, agora, é que o piso não é mais o piso, é a remuneração. E qual é a diferença, como isso vai impactar os nossos trabalhadores do Brasil inteiro?

Há muito patrão que contrata o trabalhador para ganhar o piso, um valor x , e acrescenta a ele uma gratificação – gratificação de assiduidade, gratificação de titulação. Se ele somar essas gratificações, ele vai dizer o seguinte: “Opa, espera aí. Eu não preciso pagar o piso para esse trabalhador, porque eu já pago para ele uma remuneração maior do que o piso.” Está errado. Ele tem que pagar o piso mais as gratificações. Tanto é que há gratificação que é relacionada ao trabalho.

Por exemplo, eu trabalho no Samu – de fato, eu trabalho no Samu –, e lá, há uma gratificação chamada Gamu. Já o meu colega, que entrou junto comigo, não trabalha no Samu, então ele tem outro salário. No final das contas, a minha remuneração vai ser um valor e a dele vai ser menor. De acordo com o ministro, ele vai receber o piso, e eu não, sendo que nós somos da mesma categoria, fazemos a mesma atividade. Só que eu tenho gratificação, e ele não. Então, isso não existe. Remuneração é remuneração, ou seja, vencimento mais gratificações. Não é piso. Então, o ministro fez uma interpretação, do meu ponto de vista, totalmente equivocada.

Por isso, presidente, senhoras e senhores, e todos que estão assistindo a nós, dia 28 de junho...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Eu vou bater o recorde, mais do que o deputado Gabriel Magno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna, V.Exa. só tem mais 15 minutos. A campainha já soou umas 15 vezes.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Ora, ontem, eu não falei absolutamente nada. Deixei o deputado Gabriel Magno, deixei todo mundo falar, mas hoje vou honrar a minha fama.

Só para concluir, dia 28 de junho, nós iremos fazer uma grande manifestação aqui no Planalto, na Praça das Bandeiras, no Congresso Nacional, para cobrar do presidente Lula essa solução, porque agora só o presidente pode resolver essa situação e não mais deixar o Supremo fazer o que quer com a enfermagem.

Chega, de palhaçada! Que o presidente Lula resolva, de uma vez por todas, o piso da enfermagem. É o que nós esperamos do presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Glória ao Pai. Obrigado, deputado Jorge Vianna. Parabenizo-o pelo discurso.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente desta casa, deputado Wellington Luiz; boa tarde, senhores e senhoras deputados, servidores desta casa, aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Eu quero fazer um pronunciamento, presidente. Naturalmente, eu irei fazê-lo com muito cuidado, com muita honra. Espero, de todo coração, que ninguém se sinta atacado e nem afrontado – até porque este não é nem meu perfil e nem meu desejo.

Eu preciso trazer uma explanação, porque eu vim para esta casa – assim como a maioria de V.Exas. e o deputado Daniel Donizet, que aqui está – pelo voto segmentado. A minha situação não foi diferente da deles. Eu estou aqui por causa de um segmento que confia em mim, que me conhece. Nele eu sou pastor, tenho responsabilidade com ovelhas, com gente e com pessoas que conhecem a defesa que eu faço, ao longo do tempo, no cuidado da família.

Então, senhoras e senhores deputados, amigos servidores, profissionais da imprensa, eu venho a esta tribuna nesta tarde para falar sobre democracia e liberdade de expressão.

Há alguns dias, recebi em meu gabinete uma representação por uma suposta fala discriminatória e incitamento à violência à população LGBT. Qual o motivo dessa representação? Uma entrevista que eu dei ao jornalista Caio Barbieri. Quero ressaltar que ele foi extremamente gentil. Ele me perguntou se poderia fazer uma pergunta sobre comunidade LGBT. Eu falei que poderia. Eu afirmei, nessa entrevista, que eu defendo a Constituição federal com uma mão e, com a outra mão, eu trabalho com a Bíblia – a palavra de Deus –, porque sou um pastor.

Embora eu respeite quem pensa diferente, eu sou um defensor da família tradicional. Desde que eu cheguei aqui, deputado Thiago Manzoni, eu tenho me posicionado nesse contexto. De maneira nenhuma – nunca – afrontando ninguém.

Então, senhoras e senhores deputados, não é possível que, em pleno século XXI, em um país com mais de 210 milhões de habitantes, dos quais 87% se declaram cristãos, não se tenha o direito de defender seus valores e seus princípios de fé.

Não estou neste parlamento defendendo os meus próprios interesses. Eu fui colocado aqui por um relevante segmento da sociedade brasileira e devo cumprir os compromissos de campanha que eu assumi. São compromissos que eu assumi na minha campanha e recebi, para cumpri-los, uma procuração de 20.402 cidadãos, os quais são verdadeiros mandantes do meu mandato – e honrarei cada voto nesta casa.

Nesse sentido, eu posso afirmar que o cristianismo está sendo perseguido e que há uma flagrante e inequívoca tentativa de calar qualquer pessoa que se curve à imposição de uma hegemonia cultural, que também está declarada. O problema, senhor presidente, é que, em uma hegemonia cultural, não existe democracia. Portanto, ações dessa natureza são, na verdade, um ataque aos princípios que regem uma sociedade organizada.

Tentar calar quem exerce seu legítimo direito de liberdade de expressão é atacar a democracia em tudo o que ela de fato representa. E, aqui, é tentar atacar qualquer segmento e qualquer parlamentar que fale em defesa daqueles que ele representa nesta casa. A liberdade de expressão nos dá o direito de expressar aquilo que nós defendemos.

Esta casa é uma casa parlamentar, uma casa onde se fala. Quem vem para cá vem empurrado por algum segmento que representa. Um segmento que confia a essas pessoas as suas vozes. É o que diz o texto constitucional. Todo poder emana do povo e será por ele diretamente exercido ou por meio de seus representantes legitimamente eleitos. Se o cidadão não pode falar aqui da tribuna, ele põe alguém para falar por ele. Não dá para tentar calar um parlamentar.

Nos últimos anos, a igreja tem sido invadida; símbolos religiosos vilipendiados; supostos comediantes zombam de Deus descaradamente. Nas últimas passeatas que vimos, fizeram questão de escarnecer da nossa fé. Ainda assim, os intitulados “institutos de defesa dos direitos humanos” não se manifestam, não protestam, não reagem, como se fosse aceitável criar distinção entre brasileiros, e os cristãos fossem cidadãos de segunda categoria.

As imagens rodam o mundo, e muitos aplaudem e dizem que se trata de liberdade de expressão, e que não há ofensa alguma em introduzir um crucifixo no seu corpo, em pessoas seminuas se esfregar em uma cruz ou em fazer filmes sobre triângulo amoroso entre Deus, José e Maria.

Se um cristão afirmar que acredita na família tradicional ou se ousar ler o § 3º do art. 226 da Constituição federal, imediatamente esses institutos se insurgem em defesa dos direitos humanos, como se ser cristão nos tornasse menos humanos ou menos merecedores de representatividade política.

Senhoras e senhores deputados, nossa Constituição federal elevou ao fundamento da República o princípio da cidadania. E cidadania não significa desmensurada possibilidade impositiva de vontades. Ao contrário disso, cidadania representa o ponto de equilíbrio entre as mais variadas vontades presentes nas relações sociais.

Dentro deste parlamento, deputado Thiago Manzoni, nós somos 24 representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e, portanto, somos rigorosamente iguais em prerrogativas e em poder de atuar em defesa de quem confiou a cada um de nós o seu voto.

Liberdade de expressão, senhores deputados, é a maior expressão de liberdade de um povo soberano. Essa afirmação do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Ayres Britto deve reverberar em cada sala deste prédio, em cada casa desta cidade, em cada instituto de defesa dos direitos humanos, pois humanos o somos todos nós.

Entretanto, é engraçado que, recentemente, o senhor Maduro tenha sido recebido com pompas de chefe de Estado, como se fosse um democrata. De acordo com a ONU, esse senhor tem participado de atos criminosos e há pelo menos 3.400 opositores políticos dele presos. Além disso, deputada Paula Belmonte, o relatório da ONU também revela que há registro de tortura desse cidadão, choque nas partes íntimas, espancamento, asfixia, afogamento, estupro e ameaça de assassinato dos parentes desses presos.

Vou adiante, senhor presidente, e peço sua paciência. O art. 565 do Código Orgânico da Justiça Militar da Venezuela afirma que o oficial que praticar atos que diminuam a sua dignidade ou que permitam que com ele se pratiquem esses atos será punido com pena de prisão de 1 a 3 anos.

Esse referido artigo, querido doutor deputado Thiago Manzoni, ainda declara que a mesma pena será aplicada a todo militar que cometa atos sexuais contrários à natureza. Esse cidadão que foi recebido com pompa no Palácio do Planalto é contra a comunidade LGBT e você não vê ninguém dessa comunidade se insurgir. Foram aplaudi-lo em sua recepção no Palácio do Planalto.

Afinal, quem está praticando discurso de ódio? Quem declara não ter bandeira agressiva contra a comunidade, mas acredita na família tradicional, ou quem pune com prisão as pessoas que aderem a esse movimento?

Vale perguntar quantas vezes esses institutos se manifestaram contrários à presença do senhor Maduro em território brasileiro. Quantas manifestações de protesto foram feitas por quem zomba do cristianismo? Nós vivemos, senhor presidente, um tempo...

O meu desejo – eu falei hoje na Comissão de Assuntos Sociais – é que tenhamos mais paciência – minha oração é nesse sentido. Nós precisamos executar mais a cidadania. Nós somos todos irmãos. Cristo é pai e nós somos todos criaturas e filhos de Deus – há uma distinção entre esses dois termos em cujo mérito não vou entrar –, somos todos feitas da mão do Criador. A todos ele ama de forma incondicional e um dos seus mandamentos é “Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei”.

Eu espero que minha passagem nesta Câmara Legislativa seja marcada por um discurso de

amor, não de ódio. Mas eu peço encarecidamente, deputado Thiago Manzoni, que nós sejamos respeitados, que a nossa fé seja respeitada, que as igrejas sejam respeitadas e que também os símbolos religiosos, defendidos por quem quer seja, sejam respeitados, porque sem respeito não há democracia.

Não nos adianta querer respeito se não respeitarmos, não nos adianta querer amor se não amarmos. Por mais que nós amemos incondicional e independentemente...

Nesses movimentos que fizeram, não se viu uma igreja, uma instituição ligada à igreja, um conselho sequer entrar nos tribunais com uma ação representativa contra esse povo, exceto contra um que vi na semana passada. Entrei contra aquele movimento da criança *sexy*, lá em São Paulo – acionei o Ministério Público de São Paulo –, criança trans, porque não aceito que se mexa com as crianças. Nós somos respeitadores e, acima de tudo, exaramos amor.

Nesta casa, eu tenho aprendido – falei hoje na comissão – com os meus amigos deputados de esquerda, muito especialmente com o deputado Max Maciel e com o deputado Fábio Félix, que sei que foi extremamente pressionado. S.Exa. é de uma dignidade extraordinária! Comigo, manteve um diálogo, na quinta-feira passada, da mais alta estrutura de cortesia, de equidade e de equilíbrio. É isso que eu espero seja do segmento religioso – pois precisamos entender o segmento e essa comunidade –, seja dessa comunidade, que também precisa entender que, acima de tudo, continuaremos crendo na palavra de Deus e continuaremos pregando a palavra de Deus custe o que custar. Pode nos faltar tudo, mas não nos faltará a palavra de Deus.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, deputado Wellington Luiz.

Eu gostaria só de me solidarizar com V.Exa., deputado Pastor Daniel de Castro. Mais do que as pautas que nós defendemos, há princípios e valores que nos unem. Princípios todos vinculados à fé cristã, que tem sido perseguida no Brasil.

Os cristãos têm sido perseguidos de maneira descarada. A nossa fé tem sido motivo de chacota, de desprezo e de desrespeito. Os nossos símbolos sagrados têm sido, reiteradamente, desrespeitados. Quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que me sinto muito honrado, deputado Pastor Daniel de Castro, de cerrar essas fileiras junto com V.Exa. Eu me sinto honrado por poder fazer a defesa das nossas famílias, a defesa das nossas crianças e também a defesa da nossa liberdade religiosa e da fé cristã.

Sempre haverá vozes. Eu falei aqui, na semana passada, que o autor da fé cristã não precisa de defesa, mas sempre haverá aqui vozes a defender a liberdade religiosa e a defender o cristianismo e o direito de as pessoas serem cristãs e de honrarem e professarem a sua fé.

Há muitas religiões que não possuem livro sagrado. O código delas é um código ritualístico, não é doutrinário. A fé cristã e a fé islâmica têm livros sagrados. E o que estão tentando fazer é criminalizar o livro sagrado dos cristãos.

Eu gostaria de me unir a V.Exa., nesta casa, para dizer que isso, nós não vamos admitir e não vamos permitir. V.Exa. pode contar comigo. Os cristãos de Brasília, do Distrito Federal e do Brasil podem contar comigo e com V.Exa. Nós estamos juntos, e eles terão voz sempre.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, hoje aconteceu um encontro muito importante para a humanidade: o encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o chefe da Igreja Católica no mundo, papa Francisco.

O papa Francisco, na verdade, é amigo do Lula há 20 anos. Eles são amigos desde o tempo em que o papa era cardeal em Buenos Aires. Nesse encontro de hoje, eles falaram da necessidade do

combate à fome no mundo e falaram de paz. Inclusive, o presidente Lula recebeu uma placa das mãos do papa Francisco. O presente do papa para o Lula foi uma placa de metal com a frase "A paz é uma flor frágil"; e o papa disse: "Estamos em tempos de guerra e a paz é muito frágil. Queria lhe presentear com isso que fizemos aqui na nossa oficina."

Esse encontro do papa Francisco com o Lula me emociona, porque tem um significado muito grande. Eles trataram também da questão da guerra da Ucrânia – o papa é um defensor da paz, e o Lula tem defendido a necessidade de uma negociação e o fim dessa guerra. Eles falaram também da fome que assola o mundo. São milhões de pessoas, especialmente em África, que passam fome. Enquanto milionários têm tudo, há um número muito grande de pessoas passando fome no mundo. Portanto, o combate à fome e a luta por igualdade social são o verdadeiro cristianismo. Isso é muito importante.

Eu tenho prestado atenção, deputado Gabriel Magno, que, durante a campanha eleitoral, determinados segmentos diziam que o Lula iria fechar igrejas. Nós já estamos com 6 meses de governo do presidente Lula e nunca as igrejas foram tão respeitadas como são respeitadas durante esses 6 meses de governo do presidente Lula. O símbolo maior disso é que, em 6 meses de governo, ele é recebido pela maior autoridade do cristianismo, que é exatamente o papa Francisco, que lidera a maior igreja no mundo, a dos católicos. Isso é muito importante.

Eu quero parabenizar o presidente Lula por essa viagem, por todos os contatos que ele está fazendo na Europa, especialmente na Itália, sempre buscando investimentos para combater o desemprego, para combater a fome e a desigualdade no Brasil. É por isso que a inflação caiu, é por isso que os empregos estão surgindo e é por isso que a democracia, efetivamente, está fortalecida no nosso país.

Portanto, parabéns ao presidente Lula por esse encontro com o papa Francisco, quem eu também desejaria muito conhecer pessoalmente.

Dito isso, quero abordar um outro ponto: a questão da saúde no Distrito Federal. Nós temos uma secretária de saúde que é competente, que é séria, mas, infelizmente, a saúde do Distrito Federal está na UTI. Da nossa população daqui do Distrito Federal, somente 27%, deputado Ricardo Vale, têm plano de saúde e 83% dependem da saúde pública do Distrito Federal. Portanto, os hospitais, as UPAs, as UBS estão sobrecarregados com pacientes que precisam de tratamento.

Nós liberamos aqui, há alguns meses, 24 milhões de reais para que o Distrito Federal entrasse naquele mutirão de cirurgias, porque temos cerca de 33 mil pessoas na fila esperando por uma cirurgia. E são cirurgias dos mais variados tipos. Há pessoas com câncer, pessoas com fêmur quebrado, pessoas precisando fazer cirurgia da vista. Há todo tipo de cirurgias que precisam efetivamente ser feitas para diminuir essa situação dramática vivida pela população na questão da saúde.

Portanto, eu conclamo esta Câmara Legislativa para que todos nós possamos trabalhar no sentido de ter uma saúde digna para a nossa população, porque, só quando está enferma, é que a pessoa sabe a importância que tem a saúde. Nós efetivamente temos que dotar o Distrito Federal de um sistema público de saúde à altura da nossa população.

Obrigado, senhor presidente.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix pelo bloco PSOL-PSB.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deputados, deputadas, boa tarde. Boa tarde também a quem nos vê pela TV Câmara Distrital.

Eu venho a esta tribuna hoje para falar de um papel importantíssimo que esta casa está cumprindo neste momento, que é investigar seriamente o que aconteceu no dia 8 de janeiro e no dia 12 de dezembro. Amanhã é dia 22 de junho, deputado Chico Vigilante. O número 22 já significou muita coisa. Agora o 22 pode significar inelegibilidade do ex-presidente Bolsonaro. Espero que signifique. Amanhã é o dia para julgar os crimes que o maior porta-voz da extrema direita brasileira cometeu. Nós vamos ter a oportunidade, no dia 22, de ouvir qual é a decisão do TSE, o Tribunal Superior Eleitoral, sobre o ex-presidente Bolsonaro. Espero que seja uma decisão séria e consistente sobre os crimes cometidos.

Nesse caso, o julgamento relaciona-se à justiça eleitoral. Nem se trata dos crimes no poder,

que sabemos que são vários, e nem daqueles que estamos investigando na comissão parlamentar de inquérito, que estão relacionados a conspiração e articulação pró-golpe de Estado, porque ele tentou fazer isso. Ele não reconheceu o resultado das urnas, estimulou atos golpistas, tentou incitar as Forças Armadas. Isso está muito claro. Só não falam a verdade as lideranças da extrema direita por pura covardia e medo da cadeia. Não falam a verdade, não assumem o que fizeram.

No dia 8 de janeiro, invadiram palácios – o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal –; tentaram incitar, com os acampamentos nos quarteis, ataques aos 3 Poderes da República. Sondaram: “Vai dar certo o golpe? A gente tem apoio institucional?” Não conseguiram, foram derrotados.

Não tiveram condições, estrutura para dar um golpe na democracia brasileira. Mas conspiraram, buscaram dar um golpe. Agora, na covardia, dizem não era bem isso. Os generais não se lembram. Os coronéis não se lembram das conversas de WhatsApp em que incitavam o golpe. Isso está muito claro.

A nossa comissão parlamentar de inquérito tem conseguido investigar, inclusive ouvindo os generais – claro que alguns deles. Nas últimas semanas ouvimos um ex-ministro do Bolsonaro que é general e que veio aqui e defender a ditadura militar dentro de um parlamento – que vergonha, que vergonha –, sob o silêncio de alguns! Dentro de um parlamento, ele estava defendendo a ditadura militar! Alguns que esbravejam ao falar sobre a ditadura de outros países, calam-se diante da discussão de ditadura militar no Brasil. Calam-se. Ficam pianinhos, caladinhos diante de um general que vem à tribuna da Câmara Legislativa defender uma ditadura militar.

Um general que não se lembra de quando usou o termo golpista. Ele não se lembra sobre quem ele falava. Ou isso é cinismo ou é covardia! Estava brincando com a cara de alguns, que agora dizem que o problema, deputado Chico Vigilante, são os infiltrados. Eles não acham nenhum infiltrado.

Eles trazem as teorias mais mirabolantes, absurdas! Do meu ponto de vista, eu preciso ser muito sério para dizer a verdade: querem brincar com a nossa inteligência, tal é nível de abuso dessas teorias que se colocam em relação a essa temática. Mas o fato mais importante é que esta casa está comprometida com um fundamento, a luta por justiça! Justiça! Não se deve naturalizar conspiração por um golpe, não se deve naturalizar a tentativa de atacar a democracia brasileira como fizeram. Esta casa está cumprindo o seu papel.

Apesar de uma firula ou outra que alguém faz, porque não quer investigar o que, de fato, está acontecendo, esta casa está cumprindo o seu papel. É um papel de levante pela democracia brasileira, porque é isso que estamos vivendo hoje.

Eleição se joga. Entra-se na eleição e se reconhece a derrota ou a vitória da eleição, até porque o nosso sistema eleitoral é respeitado no mundo inteiro como um sistema eleitoral transparente. O próprio ex-presidente ganhou as eleições através desse sistema eleitoral.

Nós vamos viver agora, deputado Gabriel Magno, deputado Max Maciel, demais deputados que estão aqui, um julgamento histórico no Tribunal Superior Eleitoral. Imaginem um presidente da República chamar, na véspera das eleições, embaixadores de outros países para incitar e atacar o sistema eleitoral brasileiro, porque ele já sabia que podia perder a eleição.

Ele acha que isso é normal? Ele acha que isso é natural? Não! Isso é crime! Pode não ser função do TSE – porque também é –, mas Bolsonaro deveria não só ficar inelegível, mas também deveria ir para a cadeia pelos crimes que cometeu contra a legislação brasileira, contra as eleições neste país.

O número 22, a partir de agora, será ressignificado. Dia 22 é o julgamento. Inicia-se o julgamento no TSE sobre quem tentou conspirar, sobre quem odeia a democracia neste país, sobre quem não respeitou as instituições democráticas, sobre quem tentou virar a eleição e a ordem do poder no tapetão. O dia 22 vai ser sobre isso.

Eu espero que o Tribunal Superior Eleitoral tenha a coragem de tomar a decisão certa. A decisão certa é 22; é Bolsonaro, só que inelegível, incapaz de disputar uma eleição neste país. O número 22 é Bolsonaro inelegível! Inelegível, porque o povo não merece mais bolsonarismo, extrema direita e ataque à democracia brasileira.

Estamos com expectativa alta pelo dia 22, pelo julgamento do TSE e pela defesa da democracia brasileira.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Realmente,

amanhã, dia 22, será um grande dia.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Quero saudar todos e todas que assistem a esta sessão plenária e pegar o gancho de um debate muito importante que foi feito aqui nesta tribuna, que é a defesa da democracia.

Digo isso, presidente, porque esta é a primeira semana que nós voltamos para o plenário em uma sessão ordinária, com falas, depois da lamentável e criminoso atuação do senhor Heleno aqui neste plenário, aqui nesta casa.

O senhor Heleno veio a esta casa defender tortura, defender ditadura, defender assassinato, porque foi isso o que aconteceu no país durante o trágico período da sanguinária ditadura militar. É fundamental a defesa da democracia. Espero que esta casa repudie a ação do senhor Heleno de duas semanas atrás.

É curioso, presidente, porque, depois da vinda do Heleno, a imprensa soltou que ele fazia parte de um grupo de WhatsApp – o que aqui ele negou – que organizava a tentativa de golpe de Estado neste país, que tinha como organizador, como interlocutor, como divulgador o ex-presidente da República, o senhor Jair Messias Bolsonaro, que amanhã, dia 22 de junho, também entrará, tenho certeza, para a história deste país.

Quem diria que o 22 e Bolsonaro teriam uma relação intrínseca. Amanhã ele será julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo abuso de poder político durante as eleições do ano passado.

São vários os crimes que Bolsonaro cometeu, como a tentativa fracassada de golpe de Estado no dia 8 de janeiro. Eu peguei uma listinha, presidente. São muitos os crimes do ex-presidente da República: contratação de funcionários fantasmas no seu gabinete, desvios de salário de assessores, joias da Arábia Saudita, associação com milícias, cheques para sua ex-esposa ou esposa – não sei como é que está o andamento –, o laranja Queiroz que sumiu, interferência na Polícia Federal, avião com contrabando de cocaína, ônibus escolares com superfaturamento. Inclusive, no MEC, na gestão do ex-presidente da República, até barra de ouro dentro de Bíblia chegou a haver. Houve também empresas do chefe da Secom com contratos superfaturados com o governo federal, criação e articulação do orçamento secreto – o maior escândalo de corrupção da história deste país –, ocultação de patrimônio, roubo de cofre, superfaturamento em compra de combustível, imóveis com dinheiro vivo – foram 51 imóveis pagos com dinheiro vivo –, tratores, equipamentos agrícolas superfaturados.

Eu poderia passar o meu tempo inteiro falando da lista de crimes do ex-presidente da República. Há também aquele que, talvez, mais lamentamos até hoje: a morte de milhares de brasileiros e brasileiras pelo negacionismo na pandemia, pela negação da vacina, pela ação deliberada de não comprar vacina, o que ceifou a vida de centenas de milhares de brasileiros. Hoje, os familiares ainda choram, presidente, por essas vidas que se foram diante da condução desastrosa do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Que, no dia 22, seja condenado e considerado inelegível. Que possamos passar a limpo a história recente deste país, porque justiça à transição, direito à memória e à verdade são princípios fundamentais de uma democracia. Nesse caso, presidente Ricardo Vale, é, mais uma vez, sem anistia para golpista e sem anistia para aqueles e aquelas que cometeram crimes contra a vida dos brasileiros.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Eu quero, para encerrar, presidente, se me permite um pouco mais de tempo, tratar de outras 2 questões para nós importantes.

Esta semana acontecerá um evento na capital deste país que dialoga com a ideia da democracia, da participação. Parabenizo V.Exa. que atuou para garantir isso. Nós teremos, no dia 23 e no dia 24 de junho, os desfiles das escolas de samba.

O samba – patrimônio imaterial deste país – é democracia. E as escolas vão desfilar. Depois de 10 anos sem desfile, eu quero saudar o movimento cultural desta cidade. Eu quero saudar as escolas de samba desta cidade, que constroem cultura, que geram emprego, que geram participação popular, que geram engajamento, que geram desenvolvimento social. E quero parabenizar V.Exa. também pelo brilhante papel de garantir o desfile das escolas de samba.

Para terminar, presidente, quero destacar que hoje saiu mais uma pesquisa da Quaest com a avaliação do governo Lula. E a avaliação positiva do governo Lula cresceu de 51% para 56%

fundamentalmente por conta da melhoria dos indicadores econômicos e sociais e pelos programas que voltaram: Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, Bolsa Família. O Brasil voltou a ter governo.

Sabe o que é curioso, presidente? É que o maior índice de crescimento da aprovação do governo Lula se dá entre os eleitores do genocida Bolsonaro. Isso mostra, mais uma vez, como o Bolsonaro mentiu, usou do aparato público para tentar ganhar as eleições e abusou do seu poder econômico e político.

Quero encerrar fazendo um pedido para o governo e para os meus nobres colegas. Semana que vem é a nossa última semana antes do recesso. O governo deve encaminhar para esta casa, no final desta semana ou semana que vem, um dos projetos de lei que – eu já vou encerrar – fazem parte do acordo que suspendeu a greve dos professores.

Os outros ainda não devem ser encaminhados, infelizmente, antes do recesso parlamentar nosso. Mas quero pedir para o governo encaminhá-lo, porque tenho certeza de que esta casa cumprirá o seu papel, mais uma vez. É fundamental que o acordo que suspendeu a greve dos professores seja cumprido por parte do Governo do Distrito Federal.

Clamo para que o projeto que incorpora a Gaped, gratificação ao vencimento dos professores, seja encaminhado, e nós possamos votá-lo antes do recesso parlamentar e antes do recesso escolar.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz pela Maioria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Maioria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os deputados, deputadas. Quero aqui, nesta tarde, primeiramente parabenizar a minha querida e amada São Sebastião, pois, no dia 24, próximo sábado, haverá uma festa linda em comemoração aos 30 anos de São Sebastião. Quero aqui deixar o convite a todos os parlamentares, a todos companheiros para participarem dessa festa linda.

Quero dizer que eu amo morar em São Sebastião. São 26 anos morando naquela querida cidade, com muita luta. Toda a minha história começou ali dentro de São Sebastião, à frente da Associação dos Moradores do Morro da Cruz. Eu já tenho uma base dentro daquela cidade. Minha maior base foi construída em São Sebastião, que é a minha família, meu principal pilar. Eu tenho um filho que completou agora 18 anos e nasceu na Casa de Parto de São Sebastião.

Eu não tinha nenhuma pretensão de entrar na política, mas Deus me preparou e a população me abraçou. É por esse motivo que eu irei continuar com essa luta incansável pela minha cidade, por melhorias e por qualidade de vida.

Eu tenho conversado bastante com o Governo do Distrito Federal, com o nosso governador Ibaneis Rocha, com todos os secretários de Estado. O principal pedido é a construção do Hospital Regional de São Sebastião. Também existem previsão, projeto e recurso para a construção da Casa da Mulher Brasileira. Solicitei ao governador Ibaneis Rocha a ligação do Morro da Cruz ao Pró-DF, uma via que vai desafogar o trânsito da avenida São Sebastião. Mobilidade urbana é necessária tanto para São Sebastião quanto para a região do Jardim Botânico, a região que mais cresce no Distrito Federal. Mas tem que crescer em termos de qualidade de vida.

Destinei também recurso de 1 milhão e meio de reais para troca de lâmpadas amarelas por lâmpadas LED, porque entendo que iluminação traz segurança para todo o Distrito Federal. Sobre água potável, também tenho essas tratativas com a Caesb, com o presidente Cardoso. Já estão construindo adutora para que, em breve, em São Sebastião, os bairros carentes de saneamento básico possam receber água potável. Queremos pagar nossas contas.

A Neoenergia também respondeu, através de ofício, que, em breve, irá concluir, deputado Max Maciel, a iluminação do Morro da Cruz, porque a maior parte do Residencial Morro da Cruz está recebendo energia legalizada. Eu estou muito feliz, porque são 14 anos fazendo gambiarra para ter energia. Esse negócio é muito ruim. O cidadão quer pagar. É obrigação do Estado, não é favor, prestar um trabalho de qualidade, até porque nós estamos pagando pelo serviço.

Há vários projetos já em andamento nas secretarias. Com o projeto, fica mais fácil para nós parlamentares... Eu estou em articulação também com a esfera federal pedindo recurso para toda São Sebastião e toda aquela região, que precisa de uma atenção especial.

Quero aqui parabenizar todos os moradores do Condomínio Quintas da Alvorada, porque, no último sábado, o governador Ibaneis Rocha esteve lá, juntamente com o presidente do Ibram, Rôney

Nemer, e deu autorização ambiental. Em breve, aquele condomínio, o condomínio mais antigo da região do Jardim Botânico, será asfaltado. Com essa autorização, poderá ser feita a drenagem.

Estamos juntos. O nosso trabalho é servir e não ser servido.

Que Deus nos abençoe. Vamos juntos transformar o Distrito Federal em canteiro de obras.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Estão encerrados os Comunicado de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente. Boa tarde, meu amigo e irmão de partido deputado Pastor Daniel de Castro. Boa tarde a todos os deputados e deputadas.

Eu quero reforçar, aqui, todo o movimento cultural do Distrito Federal e reforçar as palavras do Gabriel Magno quanto ao retorno das escolas de samba do Distrito Federal. Essa é uma atuação que já deveria ter retornado há muito tempo.

Estive na Secretaria de Cultura como subsecretário de 2019 até meados de 2020 e vi a luta de todas as escolas de samba para permanecerem vivas durante 10 anos, para manterem vivas as famílias que são. A Aruc é família! Bola Preta de Sobradinho é família! Todas as escolas de samba são constituídas por famílias, famílias do samba, famílias culturais. É cultura que corre na veia.

Espero que nunca mais seja interrompida a volta das escolas de samba do Distrito Federal, porque elas fazem jus a isso.

Parabenizo a Secretária de Cultura e a Subsecretária, Sol Montes, que se empenhou bastante. Sei do empenho do meu amigo deputado Ricardo Vale, porque se faz necessário as escolas de samba, todo ano, estarem aqui.

Ressalto os blocos que hoje estão sufocados. Falo do Galinho de Brasília, que, há 2 anos, não sai, justamente por algumas implicâncias. Precisamos rever muitas questões do Carnaval do Distrito Federal. As escolas de samba merecem respeito.

Espero que essa retomada seja o refrigerio para que eles deem continuidade ao belo trabalho que sempre fizeram.

Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pepa.

Concedo ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Passo a presidência à deputada Paula Belmonte, para eu fazer uso da palavra.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores deputados, venho a esta tribuna falar, infelizmente, mais uma vez, sobre a violência contra a mulher no Distrito Federal.

É uma pauta sobre a qual tenho falado muito aqui. Na última segunda-feira, por exemplo, fizemos uma reunião pública com a presença de muitos representantes da OAB, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, da Universidade de Brasília, da Secretaria da Mulher, da Secretaria de Justiça.

Foi uma audiência muito grande, com a presença de muitas mulheres, de muitas entidades da sociedade civil que debatem esse tema da violência contra a mulher aqui no Distrito Federal.

Discutíamos principalmente a regulamentação das leis que ajudariam a combater essa violência toda a que temos assistido aqui. Muitas das leis que são aprovadas nesta casa – nesses últimos 2 meses nós aprovamos, se eu não me engano, mais de 50 leis para ajudar a minimizar todo esse sofrimento. Muitos deputados aqui aprovaram leis extremamente importantes que acabam não sendo regulamentadas e ficam apenas no papel.

Enquanto isso, nós estamos acompanhando o número de casos de violência contra a mulher aumentar. Hoje, infelizmente, aconteceu mais um caso de feminicídio no Distrito Federal. Aliás, ontem, terça-feira. Tomara que não tenha acontecido nenhum hoje. Ontem – deixem-me pegar o nome da vítima aqui – Itana dos Santos, de 36 anos, moradora de Vicente Pires, mãe de 3 filhos, foi morta na frente dos seus filhos pelo seu ex-acompanhante, seu ex-marido.

Eu pergunto: “Até onde isso vai, deputado Pastor Daniel de Castro?” Inclusive, o ex-marido dela estava sob medida protetiva. Ele nem deveria chegar próximo a ela e já vinha ameaçando.

Portanto, é preciso que façamos as leis, que elas sejam sancionadas, mas que elas sejam também regulamentadas. Que, de fato, o Estado faça com que elas sejam cumpridas. A morte dessa mulher, dessa mãe, ontem poderia ter sido evitada. Poderia ter sido evitada essa morte.

Quantas outras poderiam ter sido também evitadas? E quantas mulheres ainda serão vítimas de feminicídio este ano aqui no Distrito Federal, porque o Estado não cumpre as medidas protetivas, não regula as leis? Fica esta casa fazendo debates e mais debates, apresentando leis. Leis são sancionadas, mas sem que haja regulamentação. O debate foi justamente sobre isso na última segunda-feira.

Toda vez que uma mulher for morta por feminicídio aqui no Distrito Federal, toda vez que eu souber de um caso de violência contra a mulher aqui, eu virei a esta tribuna falar e lamentar.

Então, me solidarizo com a família dessa vítima, com seus filhos, com seus amigos, seus parentes. Lamento mais uma morte por feminicídio, a 16ª. Nós estamos em junho, e já foram mortas 16 mulheres, vítimas de feminicídio.

O interessante é que só aparece o caso de violência quando acontece a morte. Aí os veículos de comunicação dão a notícia, mas quantas mulheres são vítimas de violência em casa, apanham do marido ou do namorado, são vítimas de tortura psicológica e não ficamos nem sabendo! É preciso que elas denunciem para ficarmos sabendo.

Eu queria chamar a atenção do Governo do Distrito Federal para isso. Inclusive, na semana passada, eu procurei o governador Ibaneis justamente para discutir a regulamentação das leis de combate à violência contra as mulheres e falei de duas leis de minha autoria. Uma, de 2017, que obriga o debate sobre machismo nas escolas. Ela foi aprovada por esta casa, foi sancionada, mas nunca foi regulamentada; a outra foi aprovada no mês de maio e obriga o agressor de mulher a pagar uma multa, dependendo da sua condição...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Já vou concluir.

Eu falava da outra lei que foi aprovada em maio que pune o agressor de mulher com uma multa de 500 a até 500 mil reais, dependendo da condição econômica desse agressor. É lógico que todo mundo que agride uma mulher tem que ser preso. De cara, os agressores têm que estar na cadeia, mas é preciso que eles saibam também que vão arcar com todas as despesas do Estado. Já que eles não sentem no coração, não têm compaixão, não têm sentimento, vamos ver se, sentindo no bolso, eles recuam diante desses atos covardes.

O governador Ibaneis se comprometeu a regulamentar essas duas leis ainda nesta semana. Ainda não foi possível esta semana, mas espero que, até semana que vem, ele possa fazer isso. E que a partir daí todas as leis que forem aprovadas nesta casa, principalmente com relação à violência contra a mulher, sejam regulamentadas urgentemente e colocadas em prática pelos órgãos do Estado.

Era isso, senhora presidente. Lamentavelmente, mais uma mãe vítima de feminicídio no Distrito Federal. Mais uma vez, peço solidariedade a toda a família.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Só quero me somar ao deputado Ricardo Vale.

Deputado Ricardo Vale, por acaso, eu estava lendo essa matéria agora. Que crueldade! Que desumanidade! Que possessividade! É um homem que acha que a mulher é o objeto dele, pertence a ele.

De acordo com a matéria, por algum dissabor, essa mulher pediu para ir embora, deputado Fábio Félix. Na hora em que ela pediu para ir embora, durante a discussão, ela foi arrumar suas coisas. Ele vai à cozinha, pega uma faca e, quando a mulher volta, ele desfere um golpe no pescoço, outro nas costas e a mata na frente de 3 filhos – 12, 13 e 14 anos. E, ainda, deputado Chico Vigilante, na frente do irmão da vítima e de parentes dele. Você fica se perguntando onde está o amor, onde está o sentimento. Parece que o ser humano não vale nada.

Então, deputado Ricardo Vale, parabênizo V.Exa. e me junto a V.Exa. Toda vez que houver algo desse tipo, nós estaremos aqui para clamar em defesa da mulher. A mulher não pode mais sofrer esse tipo de agressão.

Deputada Paula Belmonte, foram 16 agressões somente este ano. Onde vamos parar com isso? Essas medidas protetivas estão demonstrando que não têm tanta eficácia. Não se pode chegar a 300 metros de determinada pessoa, então, quem está lá, quando denunciado, deveria ser preso, ser segregado, porque esse tipo de pessoa tem que estar na cadeia.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu devolvo a Presidência ao deputado Ricardo Vale.

(Assume a Presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, eu vou falar no horário que me é permitido para comentar um assunto importante que aconteceu no Senado Federal no dia de hoje.

Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado houve a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal do arcabouço fiscal. Isso é muito importante. Foi um trabalho excepcional feito pelo senador Aziz, que merece o aplauso de todos nós. Mas há um ponto importante que é bom que pontuemos aqui. Foram 19 votos favoráveis à retirada do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal e 6 votos contrários.

Agora, já sabemos efetivamente quem são os adversários – por que não dizer? –, inimigos de Brasília. Os votos contrários foram do senador Ciro Nogueira, que é o presidente do Partido Popular; da senadora Tereza Cristina, que também é do PP; do senador Rogério Marinho, do PL do Rio Grande do Norte – inclusive, ontem eles haviam pedido vista do projeto para atrapalhar a sua tramitação –; do senador Flávio Bolsonaro, do PL do Rio de Janeiro; do senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo; e do senador Mecias de Jesus, que é do Republicanos de Roraima.

Há um ponto importante. O senador Aziz, muitas vezes, é brincalhão, e ele aproveitou para tirar um sarro da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, que estava lá cumprindo o seu papel de lutar pela manutenção do Fundo Constitucional fora do arcabouço. Quando o presidente do partido dela, o Ciro Nogueira, do PP do Piauí, votou, o senador Aziz, que não deixa as coisas passarem, falou: “Está aí, governadora, o presidente do seu partido é contra Brasília! O presidente do seu partido, o PP, votou contra o Fundo Constitucional. Quer o mal de Brasília!” Palavras do senador Aziz.

Portanto, acho importante essa fala dele de dizer para a vice-governadora, que estava lá, que o presidente do partido dela votou contra a retirada do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal.

Eu estou dizendo isso – sabe, deputado Gabriel Magno –, porque algumas pessoas andaram falando aqui que era interesse do governo federal. Nunca foi interesse do governo federal! Inclusive, o líder do governo, que orienta a bancada do governo no Senado Federal, o senador Randolfe Rodrigues, estava lá sentado ao lado do relator orientando a bancada de apoio ao governo do presidente Lula a votar pela retirada do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal, bem como do Fundeb, que foi outro ponto importante.

Já o presidente do PP, Partido Popular – estou falando PP, não é PT; é PP, Partido Popular –, o partido da vice-governadora, votou contra a retirada do fundo do arcabouço fiscal. São os inimigos de Brasília, e Brasília guardará isso na memória.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Sua fala foi importante porque agora ficou bem claro quem está trabalhando no Congresso Nacional, seja na Câmara, seja no Senado, para mexer no Fundo Constitucional do povo do Distrito Federal. Algumas vezes ouvimos pela imprensa algumas lideranças políticas do nosso Distrito Federal dizerem que era o PT, que eram lideranças do partido, que era o próprio presidente, que isso cairia no colo do presidente Lula. No entanto, agora, com essa votação, tanto na Câmara como principalmente no Senado, ficou bem claro quem são os inimigos do Distrito Federal, quem queria mexer no Fundo Constitucional da nossa cidade.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu preciso registrar que a nossa vice-governadora, Celina Leão, e presidente do PP do Distrito Federal, presidente do meu partido, se movimentou, esteve com o Senador Omar Aziz para que fosse retirado o item referente ao Fundo Constitucional. É preciso que isso seja registrado.

A questão de um deputado do PP da Bahia se manifestar e ofender o Distrito Federal, como fez esse deputado que queria retirar o nosso Fundo Constitucional, não se refere à presidente do meu partido, Celina Leão, essa guerreira, essa mulher que lutou muito. Ela foi uma das responsáveis por costurar a retirada no Senado. Que isso fique registrado aqui. E não é Partido Popular, é Partido Progressista, Partido Progressista.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pepa.

Partido Progressista.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Na verdade é Progressista. Não há mais a palavra partido. É só Progressista. O PP, 11. É PP, mas é só Progressista.

Eu quero dar uma palavra aqui. Independentemente das posições, essas coisas são interessantes. São partidos. Somos do mesmo partido. O senador Ciro é o presidente do nosso partido. O deputado federal Arthur Lira é o presidente da Câmara, um grande líder do PP; mas, na verdade, a nossa batuta no Distrito Federal está sob o comando da nossa vice-governadora. A ela devemos a honra, a obediência. Um exemplo: ontem eu e o deputado Pepa precisávamos falar com ela, e ela nos falou que não poderia nos atender porque estava no Senado trabalhando em prol do Fundo Constitucional.

Então, eu creio que dentro do próprio partido – aliás, é por isso que é partido, se não fosse, seria inteiro Progressista, é partido porque ele é partido – há divisões, as pessoas pensam diferente.

Eu quero, deputado Chico Vigilante, me somar ao deputado Pepa e ressaltar aqui o trabalho da nossa líder, a vice-governadora, Celina Leão, que incansavelmente – tanto na Câmara federal com o deputado Cláudio Cajado, quanto no Senado Federal com o senador Omar Aziz – desenvolveu um trabalho preponderante junto com o nosso Governador Ibaneis para que esse Fundo Constitucional fosse retirado; e esse foi o nosso maior presente. Eu espero que, ao voltar para a Câmara dos Deputados, esta casa não mexa outra vez no projeto, colocando de volta no arcabouço fiscal.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu acho que tem que ficar claro o seguinte: o presidente nacional do partido Progressista – o deputado Pastor Daniel de Castro disse que não há mais “partido”, agora é só Progressista, não cabe a mim interpretar o partido – é contra o Fundo Constitucional, é contra Brasília.

Ele é do Piauí, e nós sabemos, com todo respeito ao estado do Piauí, que muita gente do sul do Piauí vem para Brasília se beneficiar da nossa cidade. Essa é a raiz da questão. Ciro Nogueira, presidente do Progressista, é contra Brasília. Votou contra a retirada do Fundo Constitucional. Está aqui nas páginas do *Correio Braziliense*.

É isso que nós estamos dizendo. E a vice-Governadora, Celina Leão, trabalhou para a retirada de tudo. Louve-se a atitude corajosa do senador Omar Aziz, que merece todo o aplauso dos

brasilienses. Agora, os 6 senadores, os do PL, os do Republicanos e os do Progressista, são contra a cidade de Brasília. É isso que nós estamos dizendo, e isso ninguém tem como tirar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – O que é importante, deputado Chico Vigilante – e é por isso que eu estou falando que são partidos, em que as pessoas pensam diferente –, é que, se o meu presidente é contra, ele tem a minha rejeição. Mas o seu ministro da Casa Civil, Rui Costa, que é da Bahia, quer tirar é a capital federal de Brasília, deputado Chico Vigilante, e é do PT! Ele é do seu partido.

O senhor gostaria, deputado Chico Vigilante, que a capital saísse daqui? Eu tenho certeza que não, porque o senhor foi um baluarte em defesa do Fundo Constitucional, mas são pessoas que fazem parte dos nossos partidos. Nós temos que conviver com isso, e fica aqui o meu ato de rejeição e de repúdio à posição do presidente do meu partido, porque eu não concordo com ele.

O Fundo Constitucional é nosso, e ninguém vai mexer nele! Mas são pessoas que estão nas fileiras do nosso partido.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas e à mesa.

Presidente, muitas pessoas já me viram aqui fazer a defesa em relação ao piso nacional da enfermagem. Acho que algumas pessoas não estão sabendo disso, parece uma saga, uma novela mexicana, se não fosse trágico, seria cômico.

Nós estamos há 55 anos lutando por esse piso, e, agora, quando temos 1 lei e 2 emendas constitucionais sancionadas, para a nossa surpresa, surge a ADI, que foi impetrada – digo e repito – pelos donos de hospitais privados. Não foi impetrada pelo município ou pelo governo.

Nessa saga final em que começamos a ter a regulamentação feita pela portaria do Ministério da Saúde, deparamo-nos com o Supremo Tribunal Federal votando isso. O Barroso estipulou o prazo para que o piso fosse pago no mês de julho, estaria no contracheque já no mês de agosto, com alguns detalhes. O Fachin votou para que a Constituição fosse cumprida na íntegra, e o Ministro Gilmar Mendes pediu vista. Quando o Gilmar Mendes devolve a vista, acontece algo nunca visto na história do Supremo Tribunal Federal: o relator refazendo o seu relatório em conjunto com o Ministro Gilmar Mendes. Isso nunca foi visto antes! Inclusive mudando a lei, dizendo que agora...

Lutamos para que fosse colocada a jornada de carga horária, porque é uma luta antiga, de mais de 50 anos. Tiraram isso e, agora, ele quer regulamentar e dizer que é em cima de 44 horas. Ele ainda fala que tem que se pensar em como isso será pago e que o sindicato dos trabalhadores tem que negociar com os patrões.

Mais uma vez, estamos vendo que o negociado estará acima do legislado. Não temos o que fazer! Há vários problemas na interpretação, e o julgamento fica parado, sem nenhuma previsão de pagamento até que ele se encerre. Só o novo pedido de vista pode durar 90 dias. Não temos nenhuma sinalização de resolução do problema. E hoje estamos com uma enfermagem abatida, desanimada, doente, são os profissionais que mais morreram no Brasil.

Quero lembrar que o enfermeiro da rede privada ganha R\$1.700,00. Há municípios que pagam isso nos concursos públicos. Um técnico de enfermagem ganha 1 salário mínimo.

Então, eu gostaria de avisar nesta sessão que a enfermagem brasileira tem uma sinalização de paralisação que, provavelmente, será nacional, a partir do dia 28 de junho. Estamos chegando a um limite, não temos mais para onde ir e o que fazer.

Acho que precisamos realmente que a população, que o povo brasileiro esteja do lado da enfermagem. Acho que é uma grande covardia! Deixo claro que, mais do que nunca, como parlamentar, vejo que essa política não é a política pela qual lutamos e brigamos, muitas vezes sozinha. Sabemos que existe uma luta, um *lobby* muito grande dos donos dos hospitais, de gestores que não querem pagar. É um *lobby* desleal e pesado, e o sangue da enfermagem está na mão dessas pessoas. Que isso seja falado.

Vamos nos mobilizar, sim. Amanhã haverá uma assembleia no Sindicato dos Enfermeiros, ao qual sou afiliada. Haverá também assembleia do Sindicato dos Técnicos. Vamos para essa luta. Peço que os senhores estejam do lado da enfermagem e que possamos nos mobilizar, porque não precisamos de palmas, não somos heróis e nunca fomos heróis. Precisamos é de dignidade. Estamos lutando para ganhar R\$4.700,00, gente! Um profissional de nível superior! O técnico ganhará 70% disso!

Lembro que investir nisso é, inclusive, uma forma de trazer mais segurança para a assistência. Hoje, esses profissionais de enfermagem dormem no chão, muitas vezes, porque foram muitos anos para a regulamentação da Lei do Repouso, que foi sancionada hoje. A lei existe, mas gozar da lei também é outro problema.

Esses profissionais trabalham em hospitais luxuosos, que mais parecem um hotel, mas trabalham em 2, 3 empregos. Então, a vida de vocês que usam hospitais luxuosos também está em risco por causa de um profissional que está adoentado de tanto trabalhar. Apoiem a enfermagem. Essa é a luta da minha vida. Eu nunca vou desistir de olhar para a enfermagem, porque sei de onde vim e sei que investir em enfermagem é investir no SUS e em quem mais precisa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Antes de passar a palavra ao deputado Max Maciel, quero parabenizá-lo pela aprovação do projeto que tornou o *hip-hop* patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal. Foi um passo importante para o reconhecimento desse segmento cultural tão importante no nosso país e no Distrito Federal.

V.Exa. representa muito bem esse movimento aqui na Câmara Legislativa. Fiquei muito feliz por V.Exa. ter apresentado esse projeto e pela Câmara Legislativa tê-lo aprovado por unanimidade. Foi justo. Espero que, a partir daí, possamos atender melhor esse movimento, inclusive apoiando-o com mais recursos e dando dignidade e oportunidade a todos, principalmente à juventude que curte esse segmento do *hip-hop*.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente Ricardo Vale, antes de ir para o púlpito, eu gostaria de agradecer a V.Exa. as palavras e a esta casa a votação de ontem. De fato, foi um movimento muito importante nacionalmente. Acho que a Câmara Legislativa deu um salto importante. Quero dizer que isso é parte do espelho de uma proposta sua, porque é de sua autoria o projeto que torna o *rock* patrimônio imaterial também no Distrito Federal. Temos muito acúmulo nesse sentido. Hoje existe a rota do *rock* em Brasília, por onde passamos graças a uma decisão, a um projeto de lei de V.Exa. Então, estamos aqui também seguindo esse caminho, porque, de fato, é um movimento importante.

Quero dizer, após esse anúncio, que foi publicado ontem, conforme eu disse, o GT do *hip-hop* pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal que, a partir daí, tende a iniciar um processo de construção de políticas públicas que inclua o *hip-hop* dentro de todo arcabouço cultural, educacional, esportivo e social no Distrito Federal.

Peço permissão para ir ao púlpito.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – *Ok*.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, boa tarde. Saúdo também todos aqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e aqui no plenário.

Na verdade, a fala que hoje me motiva é mais uma denúncia sobre o sistema metroviário de Brasília, o Metrô. Nós recebemos uma denúncia que, mais uma vez, colabora com o sucateamento do Metrô e com os acidentes ocorridos na linha metroviária, que têm colocado profissionais em risco dentro do sistema. Isso é muito perigoso. É importante chamar a atenção para a necessidade de valorização do sistema metroviário por ser um transporte de massa no Distrito Federal. Um trem é capaz de levar mil pessoas no horário de pico. Serão menos 250 carros, se cada carro carregar 4 pessoas; e nós sabemos que, em média, cada carro carrega uma pessoa, hoje, no Distrito Federal.

O sistema tem 30 trens, mas hoje, em circulação, há apenas 20, pela ineficiência energética dos trilhos. Por qual caminho estamos tentando dialogar com o Governo do Distrito Federal para resolver isso?

O governador foi aos ministérios pedir 400 milhões de reais para terminar a linha até Samambaia, para terminar o projeto executivo de Ceilândia e para iniciar o projeto técnico para a estação Asa Norte.

Nós não somos contrários à expansão do metrô neste momento. Pelo contrário. Nós queremos que o metrô se estenda cada vez mais e tenha mais linhas, que chegue ao Riacho Fundo II, à Santa Maria, que chegue ao corredor e à parte norte de Brasília. É possível, pois há caminhos e há saídas. Mas não adiantará expandir o metrô à Samambaia se continuarmos com o sistema de energia de subestação que temos hoje. O sistema não suporta. Se há 30 trens e só 20 estão rodando por não haver capacidade energética, como é que vamos aumentar a malha metroviária se não conseguimos suprir essa necessidade?

Qual é a proposta que estamos apresentando para o Governo do Distrito Federal e, obviamente, para a direção do Metrô?

Custa de 7 milhões a 10 milhões de reais uma subestação do metrô, hoje. Para tentar – tentar! – atender à demanda de 30 trens, nós precisamos de 7 novas subestações. Vamos colocar que elas custem 10 milhões. Seriam 100 milhões de reais para termos 7 subestações com capacidade de absorver 30 trens, o que diminuiria o chamado *headway*, o tempo de espera de um trem, de 3 a 5 minutos, hoje, para 1 minuto e meio entre trens, no horário de pico.

Nós precisamos de novos trens. A série 1, dos anos 1990, está sucateada, está sofrendo canibalismo. Você para um trem e vai desmontando as peças dele para repor em outros, porque a fabricante daquele trem já não existe mais. Ela faliu, e quem a comprou não tem interesse na reposição.

Custa 10 milhões de reais um trem novo. Se nós comprarmos mais 10 novos trens, atualizados, com todas as informações necessárias, por, aproximadamente, 12 milhões, nós teríamos mais 120 milhões de reais. Isso se nós comprássemos mais 10 trens. Usaríamos um pouco mais da metade dos 400 milhões que o governo pegou e ainda sobriam pouco mais de 180 milhões para melhorarmos o sistema de informação, o sistema sobre trilhos, a linha de fibra ótica; para adquirirmos novos cabos e para a manutenção deles, pois está havendo muito furto e estão em risco os profissionais que fazem a manutenção desses cabos. Inclusive, houve mais um choque em rede elétrica esta semana, e profissionais foram parar no HRAN, em estado grave.

Nós precisamos escolher qual o tipo de metrô que queremos. Não dá mais para fazer extensões de linhas e manter o sistema como está hoje, quase inoperante, lento. Eu uso o metrô. Quando o pegamos, sabemos que o metrô não está na velocidade padrão, oficial. Colocam todo o corpo de pilotos, toda a equipe técnica, o CCO em estado de nervos, porque não se sabe o que pode acontecer se o sistema de informação falhar entre estações.

Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa colaboração. É possível buscar recursos, sim, mas usá-los com inteligência e com capacidade formativa para que tenhamos um sistema de metrô oficioso.

O metrô já carregou mais de 250 mil pessoas por dia, mas hoje carrega 160 mil pessoas. Nós temos capacidade para muito mais e para sermos um modal importantíssimo de energia renovável, evitando o trânsito e, de fato, diminuindo o transporte individual nesta cidade. Essa é a nossa luta.

Fica aqui a nossa colaboração ao presidente do Metrô e, também, ao Governo do Distrito Federal, para que busquemos melhorias com recursos que nós estamos captando, como governo, com outros ministérios, para uma lógica de priorização. É possível um Metrô eficiente, com valorização dos profissionais que lá estão e com capacidade de atender à população.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente Ricardo Vale, quero comunicar também a todos os deputados que havia sobre a mesa um requerimento de realização de comissão geral, de nossa autoria, para amanhã. Contudo, ela não vai acontecer em virtude de

problemas maiores.

Então, informo à mesa e à casa que amanhã não haverá a comissão geral. Consequentemente, salvo engano, mantém-se a sessão ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Registrado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero só fazer um comunicado também: no dia 29, é o Dia Nacional do Pescador. Portanto, na próxima sexta-feira, faremos, nesta casa, uma sessão solene em homenagem ao Dia do Pescador.

Temos mais de 60 mil pescadores esportivos no Distrito Federal. É verdade; não é história de pescador, não. Eu acabei de chegar do Circuito Goiano de Pesca Esportiva, em Niquelândia, no Lago Corumbá, na Barragem da Serra da Mesa, e vê-se como a pesca é importante, como ela fomenta o comércio. A quantidade de pessoas que permeiam essa atividade tão importante... Até porque ela é pesca esportiva, é pesque e solte; ela preserva a natureza, preserva o peixe. O pescador que pratica a pesca esportiva é muito consciente na preservação do meio ambiente e das espécies dos peixes.

Quero convidar, falando para a TV Câmara Legislativa, quem estiver assistindo a esta sessão e os servidores desta casa que quiserem participar. Será uma alegria muito grande. Eu tentei trazer aqui o Nelson Nakamura, que é um dos maiores expoentes da pesca esportiva no Brasil e no mundo, mas ele não poderá estar presente e nos mandou um áudio, que transmitiremos aqui.

Convido, então, esta casa para participar desta sessão solene, na próxima sexta-feira, às 15 horas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Certamente, muitos assessores do meu gabinete devem fazer parte desta sessão, porque está cheio de pescador lá, viu? Não sei se pescam, mas eles falam que são pescadores e falam que são bons.

Não mais havendo quem queira se pronunciar, declaro encerrada a sessão ordinária do 21 de junho, às 16 horas e 43 minutos.

(Levanta-se a sessão às 16h43min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
Aruc – Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro
CCO – Centro de Controle Operacional
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GT – Grupo de Trabalho
HRAN – Hospital Regional da Asa Norte
Metrô – Companhia do Metropolitano do Distrito Federal
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
SUS – Sistema Único de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **VENESSA DE CARVALHO COSTA - Matr. 12534, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 22/06/2023, às 19:03, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 22/06/2023, às 19:28, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1231919** Código CRC: **7EB982BF**.